

# AGENDAS LEGISLATIVAS CONVERGENTES

Explorando as sinergias entre parlamento  
aberto e igualdade de gênero





Esta publicação foi possível, em parte, graças ao generoso apoio do Governo do Canadá por meio do Ministério de Assuntos Globais.

Publicado em maio de 2025.

Agradecemos às e aos membros das Redes de Funcionárias e Funcionários de Parlamento Aberto e Igualdade de Gênero do ParlAmericas, que revisaram e contribuíram para a compilação deste documento, assim como às e aos participantes da atividade coorganizada pelo ParlAmericas e pelo Senado Federal do Brasil, "[\*Parlamentos Abertos e Inclusivos: Experiências e Estratégias na América Latina\*](#)", onde foi realizado um processo de cocriação que lançou as bases para a elaboração desta publicação.

# ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	<b>4</b>
<b>1. Rumo a uma visão compartilhada</b> .....	<b>5</b>
<b>2. Perspectiva geral sobre parlamento aberto</b> .....	<b>5</b>
Glossário: conceitos-chave sobre o parlamento aberto .....	7
<b>3. Perspectiva geral sobre a igualdade de gênero</b> .....	<b>9</b>
Glossário: conceitos-chave sobre igualdade de gênero .....	10
<b>4. Os benefícios da colaboração sinérgica: como o parlamento aberto e a igualdade de gênero podem se complementar e fortalecer seus objetivos?</b> .....	<b>14</b>
<b>5. Agendas legislativas em inter(ação): rumo a iniciativas inclusivas</b> .....	<b>16</b>
<b>Recursos adicionais</b> .....	<b>22</b>

## Introdução

**As e os atores parlamentares que promovem a igualdade de gênero e a abertura legislativa<sup>1</sup> vêm desempenhando um papel fundamental no impulso de agendas transformadoras** nas legislaturas nacionais das Américas e do Caribe. Seus esforços vão desde a promoção da liderança política das mulheres até a garantia da transparência e da prestação de contas nos processos parlamentares, entre muitos outros aspectos que têm levado a reformas significativas destinadas a fortalecerem as instituições democráticas, promoverem a equidade e garantirem que os governos continuem atendendo às necessidades e expectativas de toda a cidadania.

Apesar dos avanços recentes em termos de interação e colaboração interdisciplinar, **as iniciativas de igualdade de gênero e de parlamento aberto geralmente seguem caminhos paralelos e, em vez de se retroalimentarem, avançam de forma desconectada.** Essa abordagem isolada impede que aquelas e aqueles que promovem a igualdade de gênero e os objetivos do parlamento aberto unam forças para avançarem em questões legislativas importantes dentro de suas próprias áreas de trabalho e para construírem pontes entre essas duas agendas, para o benefício de ambas.

É fundamental fortalecer a inter-relação entre a igualdade de gênero e a abertura parlamentar, pois **um parlamento sensível ao gênero não é necessariamente aberto e um parlamento aberto não é necessariamente sensível ao gênero.** Ao analisar as sinergias entre as duas abordagens, surgem oportunidades para a melhora das respostas legislativas e de políticas a partir da identificação do potencial inexplorado de colaboração entre as duas agendas. Ao alinharem esforços, as e os atores parlamentares – sejam legisladoras e legisladores, assessoras e assessores, servidoras e servidores públicos ou funcionárias e funcionários legislativos – podem desempenhar seu serviço público com mais eficiência, fortalecendo a confiança da cidadania na governança pública e, assim, ampliando o impacto positivo das instituições democráticas.

**Reconhecer o potencial de uma colaboração mais eficaz entre as duas agendas é o ponto de partida.** Na verdade, os objetivos da igualdade de gênero e do parlamento aberto são complementares por natureza e aproveitar essa sinergia inerente para uma coordenação mais eficaz pode gerar benefícios significativos para o trabalho parlamentar dentro e entre essas duas áreas, incluindo **respostas legislativas inovadoras para desafios políticos urgentes.**

A igualdade de gênero e o parlamento aberto tendem a empregar métodos e conceitos diferentes, mas ambas as agendas são pilares essenciais da boa governança. Seus esforços de defesa têm objetivos comuns ou sobrepostos e se baseiam em valores fundamentais, como responsabilidade, inclusão e empoderamento. Por sua vez, ambos buscam consolidar parlamentos mais representativos, eficazes, acessíveis, responsivos e modernos.

Esta ferramenta tem como objetivo ajudar a preencher essas lacunas, familiarizar-se com as definições e a linguagem comumente usadas nessas áreas de trabalho e **preparar o caminho para uma maior colaboração entre o parlamento aberto e a igualdade de gênero** nas

<sup>1</sup> Para os fins desta publicação, o termo “as e os atores parlamentares que promovem a igualdade de gênero e a abertura legislativa na esfera parlamentar” refere-se a todas aquelas pessoas que trabalham na esfera parlamentar, como legisladoras e legisladores, assessoras e assessores, funcionárias e funcionários legislativos, que têm promovido agendas legislativas transformadoras nas duas agendas de igualdade de gênero e parlamento aberto nos legislativos nacionais da região. Embora o conteúdo desta publicação tenha sido elaborado para essas e esses atores parlamentares, vale ressaltar o papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e do parlamento aberto dos indivíduos ou organizações da sociedade civil (incluindo ativistas feministas, movimentos, grupos e coletivos), academia, órgãos internacionais, instituições públicas, pessoas do setor privado e qualquer outro indivíduo ou organização que trabalhe em prol desses objetivos. Neste sentido, espera-se que esta publicação também possa ser útil para seu trabalho de defesa legislativa, contribuindo assim para o fortalecimento de suas ações colaborativas com os parlamentos nacionais. Os conceitos de igualdade de gênero e parlamento aberto, bem como outros termos relacionados, são apresentados nas seções do Glossário sobre igualdade de gênero e conceitos-chave de parlamento aberto, respectivamente.

instituições parlamentares. Para isso, esta publicação explica os antecedentes, apresenta estudos de caso e ideias práticas, e identifica recursos úteis para ampliar o conhecimento dessas áreas de trabalho, seja para iniciar ou expandir colaborações existentes. Equipados com essas informações práticas, as e os atores parlamentares podem tirar o máximo proveito do potencial transformador da abertura e da igualdade de gênero no trabalho legislativo.

## 1. Rumo a uma visão compartilhada

---

A promoção de sistemas de governo mais participativos, eficazes e equitativos exige um entendimento mútuo entre as agendas de incidência política. Para além do progresso significativo alcançado nos últimos anos, os governos e os parlamentos ainda têm um longo caminho a percorrer para garantir que a cidadania, em toda a sua diversidade, participe igualmente da vida cívica. As e os defensores da igualdade de gênero argumentam que, na prática, as mulheres, os adolescentes e as meninas – entre outros grupos populacionais – nem sempre têm acesso às mesmas oportunidades para interagirem com os governos, enquanto as pessoas comprometidas com a promoção da abertura legislativa enfatizam a necessidade da garantia do direito à transparência, à prestação de contas e à participação inclusiva da cidadania nos processos parlamentares.

Esta seção descreve os princípios-chave e as prioridades das e dos atores parlamentares que promovem as agendas de parlamento aberto e da igualdade de gênero, incluindo seus valores centrais, objetivos principais e estruturas de orientação. Deve-se observar que ambas as agendas são heterogêneas e, dada a sua diversidade, seu trabalho pode variar em relação às idiossincrasias de parlamentos específicos, resultando, assim, em um ponto forte, inclusive sob a perspectiva do intercâmbio de práticas no âmbito regional.

## 2. Perspectiva geral sobre parlamento aberto

---

A abertura legislativa surgiu com a irrupção das tecnologias da informação e comunicação, dos processos de modernização da administração pública e das demandas da cidadania por legislaturas mais eficazes e responsivas. Um dos marcos mais importantes em resposta a essas demandas foi o estabelecimento da [Aliança para o Governo Aberto](#) (OGP na sua sigla em inglês) em 2011, uma plataforma internacional que visa promover uma governança inclusiva e participativa que seja responsável e atenda aos mais altos padrões de transparência e integridade. Por meio dessa parceria, os governos e as organizações da sociedade civil co-criam planos de ação que incluem compromissos alinhados com os princípios da [Declaração de Governo Aberto](#) que os países endossam ao aderirem à OGP.

Nesse sentido, o parlamento aberto é um modelo de gestão e inovação que, por meio de processos de cocriação entre legisladoras e legisladores, funcionárias e funcionários parlamentares, organizações da sociedade civil, academia e cidadania em geral, visa fortalecer as funções parlamentares. Com base nos avanços e debates globais sobre governança transparente, participativa e responsável, que constituem os princípios orientadores da OGP, o ParlAmericas cocriou um [Roteiro para a Abertura Legislativa 2.0](#), que pode servir como um marco de referência e gerar sinergias entre os parlamentos da região nessa agenda. Essa publicação também inclui os pilares sobre os quais a abertura legislativa é construída:

- ✓ [Transparência e acesso à informação pública](#)
- ✓ [Prestação de contas](#)
- ✓ [Participação cidadã](#)
- ✓ [Ética e probidade](#)

Vale ressaltar que, no âmbito internacional, vários tratados de direitos humanos apoiam os pilares da abertura parlamentar, como a [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e o [Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos](#), bem como a [Convenção Americana sobre Direitos Humanos](#), no âmbito regional.

Nos últimos anos, os legislativos da região progrediram em planos de ação, compromissos e iniciativas nesses pilares por meio de **processos de cocriação**, nos quais, de forma colaborativa, representantes dos parlamentos e da sociedade civil definiram prioridades, elaboraram e implementaram ações em prol de legislativos mais abertos, íntegros e inclusivos, a fim de não deixarem ninguém para trás. Este importante compromisso não só fez com que a região fosse reconhecida como líder nessas questões no âmbito global, mas também estabeleceu e atualizou os principais marcos regulatórios (como leis e protocolos de acesso à informação pública, lobby ou gestão de interesses e regulamentos para a participação cidadã, etc.), bem como espaços, metodologias e ferramentas para garantirem uma participação plena e mais inclusiva (escritórios de participação cidadã, consultas públicas, plataformas para comentários e votação de leis, etc.).



### **Em foco: transformação digital e o uso de novas tecnologias nos parlamentos**

Na América Latina e no Caribe, a transformação digital e o uso de novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA), estão tendo um impacto significativo nos processos e práticas parlamentares relacionadas à transparência, à participação cidadã e à prestação de contas, ao mesmo tempo em que suscitam novos desafios em termos de segurança cibernética e proteção de dados.

Países como o [Brasil](#) e o [Chile](#) estão implementando ferramentas de inteligência artificial para agilizar os procedimentos legislativos e administrativos, bem como tomando medidas para aproveitar essas ferramentas nas contribuições que a cidadania envia para projetos de lei e debates legislativos on-line.

No Caribe, por sua vez, estão sendo desenvolvidos planos e projetos com o objetivo de utilizar a IA no processamento de informações oriundas de debates parlamentares, como ocorre em Barbados e Trinidad e Tobago, bem como na elaboração de projetos de lei no Suriname.

As plataformas e ferramentas digitais, impulsionadas pela IA, podem ampliar a participação da sociedade nos processos parlamentares, superando barreiras tradicionais e proporcionando às mulheres e aos grupos historicamente marginalizados maiores oportunidades para se engajarem na tomada de decisões. No entanto, é fundamental que essas ferramentas sejam projetadas para detectarem e evitarem preconceitos de gênero, garantindo que a IA não reproduza ou reforce as desigualdades existentes na sociedade.

## Glossário: conceitos-chave sobre o parlamento aberto

Conceitos	Práticas para promover a igualdade de gênero
<p><b>Cocriação</b></p> <p>Metodologia de colaboração entre diferentes partes interessadas em uma determinada questão, que trabalham coletivamente para identificar desafios, chegarem a um acordo sobre prioridades, desenvolverem propostas e implementarem soluções.</p> <p><a href="#">i Guia para desenvolver planos de ação de parlamento aberto</a>, ParlAmericas</p>	<p>Esse método de trabalho permite que as vozes das e dos defensores da igualdade de gênero – incluindo as organizações de mulheres – sejam ouvidas em todos os estágios do desenvolvimento de uma iniciativa concreta: desde a fase de definição da agenda até sua implementação e posterior avaliação.</p>
<p><b>Dados abertos</b></p> <p>Dados que podem ser livremente usados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa e que estão, no máximo, sujeitos à exigência de atribuição e compartilhamento no mesmo formato em que foram disponibilizados.</p> <p><a href="#">i Open Data Handbook</a></p>	<p>As e os defensores da igualdade de gênero podem usar os dados abertos para analisarem as lacunas de gênero na legislação, monitorarem as alocações orçamentárias para políticas sensíveis ao gênero, supervisionarem a representação das mulheres em cargos de tomada de decisão e desenvolverem propostas baseadas em evidências para enfrentar as desigualdades.</p>
<p><b>Ética e probidade</b></p> <p>Normas da mais alta integridade que os indivíduos devem cumprir no exercício de sua função pública.</p> <p><a href="#">i Normas de Abertura Legislativa no Trabalho de Comissões - Ética e probidade</a>, ParlAmericas</p>	<p>Os mais altos padrões éticos, estabelecidos em códigos e políticas, exigem que as e os parlamentares e funcionárias e funcionários legislativos se envolvam na prevenção e no enfrentamento de práticas discriminatórias, inclusive <a href="#">a violência de gênero</a> no ambiente de trabalho parlamentar, garantindo que as pessoas sejam respeitadas e tratadas de maneira equitativa, independentemente de seu gênero.</p>
<p><b>Linguagem clara</b></p> <p>Uma forma de redação simples e direta que é fácil de entender, evitando palavras complexas, jargões e detalhes desnecessários, tornando as informações acessíveis a todas e todos.</p>	<p>Priorizar a linguagem clara nos parlamentos torna as informações jurídicas, políticas e públicas mais acessíveis a todas as pessoas, capacitando as mulheres e os grupos populacionais historicamente marginalizados a entenderem seus direitos, participarem da tomada de decisões e responsabilizarem as instituições.</p>

### Lobby ou gerenciamento de interesses

Ato legítimo destinado a influenciar assuntos públicos e processos de tomada de decisão.

Para as organizações de mulheres, o lobby oferece uma maneira estratégica de garantir que suas preocupações e propostas sejam ouvidas e refletidas na legislação e/ou nos processos parlamentares.

### Prestação de contas

Obrigação das e dos servidores públicos de explicarem, justificarem e comunicarem suas decisões e ações com relação aos recursos públicos.

**i** [Fortalecendo a prestação de contas através da transparência fiscal](#), ParlAmericas, GIFT e IFSD Instituto de Estudos Fiscais e Democracia

Os processos de prestação de contas podem ajudar a garantir decisões e ações equitativas e eficazes que atendam às necessidades de todas as pessoas, principalmente daquelas que são historicamente sub-representadas, especialmente em relação aos compromissos de gênero existentes.

### Participação cidadã/cívica

Participação ativa da cidadania nos processos públicos de tomada de decisão que podem afetar suas vidas.

**i** [Kit de ferramentas: Participação cidadã no processo legislativo](#), ParlAmericas.

Os processos participativos criam oportunidades para que as valiosas perspectivas das mulheres e de outros grupos populacionais historicamente sub-representados participem substancialmente e contribuam para a tomada de decisões.

### Transparência ativa

Divulgação proativa de informações e dados sobre o trabalho e a administração parlamentar, levando em conta não somente as obrigações legais, mas também os interesses da cidadania.

**i** [Caixa de ferramentas para a transparência legislativa](#) do ParlAmericas, ParlAmericas

**i** [Boas práticas de transparência e participação cidadã](#), ParlAmericas e PNUD

Quando as informações parlamentares – e todas as outras informações públicas – são acessíveis, é mais fácil monitorar as dimensões de gênero dos mais variados temas, avaliar se os compromissos estão sendo cumpridos e identificar oportunidades de melhoria.

### 3. Perspectiva geral sobre a igualdade de gênero

A igualdade de gênero é o direito humano que implica que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, devem ter os mesmos direitos, deveres e oportunidades, tanto na lei (igualdade formal) quanto na prática (igualdade substantiva). Ela se baseia em valores fundamentais, como dignidade humana, justiça social, equidade, representação, inclusão, não discriminação, diversidade e solidariedade. As e os defensores da igualdade de gênero se esforçam para a construção de sociedades mais justas, em que todas as pessoas possam participar plenamente da vida política, econômica e cultural, livres de discriminação e de barreiras estruturais associadas ao seu gênero ou a outros aspectos de sua identidade.

Os movimentos feministas e liderados por mulheres têm desempenhado um papel fundamental na superação de barreiras sistêmicas e desequilíbrios de poder que historicamente marginalizaram as mulheres e outros grupos populacionais com base em gênero, status socioeconômico, raça, etnia, deficiência e muitos outros fatores. Durante séculos, as mulheres se mobilizaram – tanto informalmente quanto por meio de canais institucionais formais – para pressionarem por reformas legislativas, sociais, econômicas e culturais transformadoras. Seus esforços não só resultaram no avanço dos direitos das mulheres em toda a sua diversidade, mas também contribuíram para um progresso social mais amplo em benefício de todas as pessoas.

Existem vários marcos internacionais que orientam a realização da igualdade de gênero, como a [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher](#) (CEDAW); a [Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim](#), bem como compromissos regionais: a [Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher](#) (Convenção de Belém do Pará). Estes acordos estabelecem referências importantes para governos e instituições que trabalham para reduzir as lacunas persistentes e promoverem políticas públicas inclusivas e [sensíveis ao gênero](#)<sup>2</sup>.

As Américas têm se destacado como uma região líder por seus esforços de promoção da igualdade de gênero, impulsionados por movimentos sociais dinâmicos, avanços consideráveis na participação política das mulheres, incluindo legislação para adotar cotas e paridade de gênero, e estruturas legais progressivas para lidar com a violência baseada em gênero e promoverem políticas de cuidado. A região abriga um ecossistema diversificado e ativo de organizações feministas, movimentos sociais de base e entidades não governamentais dedicadas à promoção de direitos em matéria de gênero. Por sua vez, várias legislaturas nacionais, governos e instituições públicas têm criado setores especializados em gênero para contribuir com o desenvolvimento e a implementação de políticas sensíveis ao gênero.

<sup>2</sup> Dentro das [políticas sensíveis ao gênero](#), deve-se distinguir as políticas de ação afirmativa, as políticas para as mulheres e as políticas com perspectiva de gênero e as políticas de transversalização de gênero.

Conceitos	Práticas para promover a abertura legislativa
<p><b>Cotas de gênero</b></p> <p>Medidas especiais de caráter temporário que estabelecem um percentual mínimo de representação para grupos historicamente excluídos, como as mulheres, a fim de corrigir desigualdades estruturais na participação política e em outros âmbitos.</p> <p><b>i</b> Legislação sobre cotas de gênero adotada pelos parlamentos da região: Painel e mapa interativo do <a href="#">Painel de Práticas Parlamentares para a Igualdade de Gênero</a> do ParlAmericas.</p>	<p>As cotas de gênero podem ser previstas em lei, como é o caso em muitos países da América Latina, estabelecendo um percentual mínimo de mulheres candidatas nas listas eleitorais legislativas. As cotas também podem ser introduzidas, formal ou voluntariamente, para promover a representação equitativa na composição das comissões legislativas, nas funções de porta-voz ou equivalentes e na alocação do tempo de fala, bem como em cargos de liderança. Essas medidas têm o objetivo de superar as desigualdades estruturais e garantir que os parlamentos se beneficiem de uma representação mais diversa e equitativa.</p>
<p><b>Equidade</b></p> <p>Refere-se aos meios utilizados para alcançar a igualdade. Reconhece que diferentes indivíduos e grupos populacionais enfrentam barreiras distintas, exigindo recursos, políticas e atenção específica para garantir oportunidades e resultados justos para todas as pessoas.</p>	<p>As práticas de parlamento aberto empregam a equidade ao garantir que os processos legislativos, a participação cidadã e o acesso à informação sejam concebidos para enfrentar barreiras sistêmicas, permitindo que grupos historicamente marginalizados participem plena e substancialmente da governança democrática, por exemplo, por meio de programas de divulgação voltados para esses grupos.</p>
<p><b>Transversalização da perspectiva de gênero</b></p> <p>A integração sistemática da perspectiva de gênero em todas as políticas, leis e programas a fim de garantir que respondam às necessidades específicas de gênero.</p> <p><b>i</b> <a href="#">Ferramenta para a elaboração de projetos legislativos com uma perspectiva de gênero</a>, desenvolvida pela Câmara dos Deputados da Argentina e <a href="#">Sensibilidade de Gênero na Legislação</a> do ParlAmericas</p>	<p>As estratégias de transversalização da perspectiva de gênero podem fornecer ferramentas para que as e os defensores da abertura legislativa garantam que os esforços de transparência, responsabilidade, ética e participação cidadã abordem efetivamente as desigualdades de gênero e promovam processos legislativos inclusivos.</p>

### Parlamentos sensíveis ao gênero

Marco elaborado pela União Interparlamentar (UIP) para descrever os parlamentos que promovem a igualdade de gênero por meio de sua composição, estruturas, políticas e cultura, de modo que tanto seu funcionamento interno quanto os processos legislativos respondam a necessidades e interesses diferenciados por motivos de gênero.

- i** Publicação de autoria da UIP sobre [parlamentos sensíveis ao gênero](#).
- i** Para obter mais detalhes sobre políticas institucionais sensíveis ao gênero no âmbito parlamentar: [Painel de Práticas Parlamentares para a Igualdade de Gênero](#) e mapa interativo do ParlAmericas.

A institucionalização de práticas sensíveis ao gênero em todo o funcionamento parlamentar contribui ainda mais para a ética parlamentar, os esforços de transparência, a participação cidadã inclusiva e as estruturas de prestação de contas.

### Orçamento com perspectiva de gênero

Abordagem que analisa e aloca os recursos públicos para contribuir de forma mais eficaz para a promoção da igualdade de gênero, atendendo às necessidades e aos impactos diferenciados por gênero e combatendo as desigualdades estruturais.

- i** Artigo da ONU Mulheres sobre [Orçamentos com abordagem de gênero](#) e sua plataforma [Orçamento e Gênero na América Latina e o Caribe](#), em que se apresentam ferramentas, experiências e recursos úteis para a sua implementação.

Essa ferramenta de gestão orçamentária é frequentemente implementada por meio do fortalecimento da abertura legislativa e da participação cidadã no processo orçamentário e contribui para a prestação de contas e a inclusão, garantindo que os fundos públicos sejam distribuídos e monitorados para promoverem políticas equitativas.

### Interseccionalidade

Ferramenta analítica que reconhece que as desigualdades sistêmicas são moldadas pela sobreposição de diferentes fatores sociais, como gênero, etnia e classe. Consequentemente, tanto as desvantagens quanto os privilégios que uma pessoa tem em um determinado momento e lugar não podem ser compreendidos examinando-se os vários elementos de sua identidade isoladamente.

- i** Ferramenta de [Interseccionalidade](#) do ParlAmericas.

Aplicar uma abordagem interseccional às iniciativas de parlamento aberto ajuda a garantir que os processos legislativos considerem a complexidade das realidades que as pessoas vivenciam devido à sobreposição de fatores de identidade social. Isso pode evitar que determinadas perspectivas sejam involuntariamente privilegiadas em detrimento de outras nos processos de consulta, como as dos centros urbanos ou de classes sociais mais instruídas.

### **Predeterminação masculina (androcentrismo)**

A suposição, que pode ser inconsciente, de que as experiências, perspectivas e necessidades dos homens são a norma ou o padrão universal, levando à exclusão sistemática das demais pessoas nas respostas políticas, nos dados e na tomada de decisões.

Compreender as tendências do pensamento masculino predeterminado pode ajudar quem defende a abertura parlamentar a identificar e desafiar preconceitos e estereótipos nos processos legislativos, garantindo que as leis, políticas e ferramentas digitais sejam plenamente inclusivas, em vez de privilegiarem involuntariamente as experiências e perspectivas dos homens.

### **Paridade**

Conceito baseado na participação igualitária das mulheres em todos os cargos de tomada de decisão como um componente essencial da democracia. Implica também o exercício do poder político e econômico em condições de igualdade, livre de discriminação e violência, e a incorporação transversal da igualdade de gênero nas políticas públicas.

**i** Legislação sobre paridade adotada pelos parlamentos da região: acesse os dados e o mapa interativo [Painel de Práticas Parlamentares para a Igualdade de Gênero](#) do ParlAmericas.

A paridade é relevante em todos os espaços de atuação, pois garante a igualdade de representação e a possibilidade de ouvir diversas perspectivas. Uma abordagem que promova a paridade pode ser útil para fortalecer a participação cidadã. Por exemplo, comissões que conduzem audiências públicas ou definem critérios para consultas públicas podem ser estruturadas para garantirem a participação equitativa de todos os setores da sociedade.

### **Representação descritiva**

A presença de um grupo na tomada de decisões ou em outros espaços em termos proporcionais à sua representação numérica na população. Por exemplo, quando as mulheres ocupam 50% dos cargos políticos para refletir sua proporção na sociedade.

A representação descritiva das mulheres e de outros grupos historicamente marginalizados, em todos os âmbitos e em todos os espaços parlamentares – incluindo iniciativas de parlamento aberto – fortalece não somente a legitimidade institucional, mas também a qualidade de seus resultados. Embora seja um elemento importante para garantir a equidade, a representação descritiva das mulheres não garante necessariamente que os interesses das mulheres sejam defendidos.

### Representação substantiva

Promoção dos interesses, necessidades e prioridades políticas de um grupo populacional pelas e pelos tomadores de decisão, independentemente de pertencerem ou não a esse grupo.

Garantir a representação substantiva de interesses diversos em espaços parlamentares abertos contribui para o fortalecimento da democracia ao assegurar que os resultados legislativos reflitam as necessidades diferenciadas da sociedade.

### Linguagem inclusiva com uma perspectiva de gênero

O uso de linguagem inclusiva representa uma política de equidade que busca garantir o respeito ao pluralismo de identidades e o reconhecimento da diversidade.

**i** Vários parlamentos da região têm guias práticos para o uso de linguagem inclusiva de gênero, como a [Câmara dos Deputados da Argentina](#), a [Câmara dos Deputados do Chile](#), a [Assembleia Legislativa da Costa Rica](#) e o [Senado da República do México](#).

A existência de diretrizes para o uso de linguagem inclusiva com perspectiva de gênero na esfera parlamentar contribui para erradicar estereótipos de gênero e evitar a discriminação, ressignificar o uso de palavras e banir a perspectiva androcêntrica como universal e generalizável para toda a humanidade, reafirmando a diversidade da sociedade. Garantir a ética e a probidade no trabalho parlamentar também implica exercer as funções de representação, legislação, orçamentária e de controle político sem deixar ninguém para trás.



### Em foco: auditorias para a igualdade de gênero

Uma auditoria institucional para a igualdade de gênero consiste em um exercício para avaliar o progresso do parlamento na promoção da inclusão por meio de suas estruturas, processos e políticas internas. Realizar uma avaliação abrangente desse tipo fornece ao parlamento dados e informações específicas que podem orientar seus esforços contínuos para fortalecerem as políticas de inclusão do parlamento de forma eficaz e por meio de um conjunto de indicadores mensuráveis para fins de prestação de contas.

Essas auditorias costumam examinar:

- O número de mulheres parlamentares e de funcionárias legislativas, suas funções e atribuições para contribuírem significativamente para o trabalho da instituição nessas capacidades;
- As práticas existentes destinadas à criação de locais de trabalho inclusivos que apoiem todo o pessoal no cumprimento de suas responsabilidades, incluindo políticas de cuidados, medidas antidiscriminatórias, combate assédio, promoção da acessibilidade, entre outras;
- Os mecanismos, práticas e ferramentas existentes para apoiarem a integração da perspectiva de gênero no trabalho legislativo e de supervisão do parlamento;

- Outras medidas de apoio ao pessoal legislativo e às e aos parlamentares para contribuírem para a consolidação de uma cultura institucional baseada na igualdade, como a oportunidade de acessar programas de capacitação em matéria de gênero e o uso de linguagem inclusiva com perspectiva de gênero, entre outras.

As auditorias para a igualdade de gênero podem ser conduzidas diretamente pelo pessoal parlamentar ou com o apoio de uma consultoria externa ou organização multilateral. A aplicação de princípios e práticas de parlamento aberto, como o uso de ferramentas digitais e formas inovadoras de consulta inclusiva, pode fortalecer o processo de auditoria e seus resultados. A UIP publicou uma [ferramenta de autoavaliação sensível ao gênero para os parlamentos](#) que pode contribuir para esses esforços.

#### **4. Os benefícios da colaboração sinérgica: como o parlamento aberto e a igualdade de gênero podem se complementar e fortalecer seus objetivos?**

---

A colaboração entre os atores da igualdade de gênero e do parlamento aberto fortalece os esforços para construir uma governança mais inclusiva, legítima, transparente e responsável. Ao trabalharem juntas, essas comunidades obtêm uma compreensão mais profunda dos desafios umas das outras, identificando oportunidades para alinhar suas prioridades. Este entendimento mútuo estabelece a base para iniciativas de abertura legislativa ainda mais inclusivas e para que as medidas de igualdade de gênero sejam fortalecidas por meio de mecanismos de responsabilidade e transparência, que constituem o cerne do modelo de parlamento aberto.

As iniciativas de parlamento aberto podem se beneficiar da experiência do movimento de igualdade de gênero na abordagem das desigualdades sociais interseccionais, especialmente no que diz respeito à participação cidadã e aos processos de cocriação. Integrar a perspectiva de gênero às iniciativas de parlamento aberto ajuda a garantir que os mecanismos participativos reflitam a diversidade social, em vez de reforçar as desigualdades e a exclusão persistentes. Além disso, as iniciativas de parlamento aberto podem ampliar seu impacto ao priorizar a disponibilidade de dados desagregados por gênero em formatos abertos, tornando assim as informações sobre disparidades de gênero mais acessíveis e de melhor processamento tanto para parlamentares quanto para a cidadania.

Por sua vez, as e os defensores da igualdade de gênero podem melhorar os processos de transparência e prestação de contas por meio da integração de compromissos de gênero aos principais instrumentos de abertura parlamentar, como planos de ação, relatórios periódicos, ferramentas de autoavaliação e mecanismos de supervisão independentes. Essas medidas contribuem para institucionalizar a abordagem de gênero no trabalho parlamentar e a estabelecer mecanismos de supervisão e reforma contínuas.

Embora o processo de cocriação seja fundamental para os esforços de abertura parlamentar, é importante mencionar que ele nem sempre reflete plenamente a diversidade da sociedade. As mulheres e os grupos sociais historicamente marginalizados continuam a ser sub-representados nos espaços públicos de tomada de decisão, o que destaca a necessidade de transversalizar a perspectiva de gênero nas iniciativas de parlamento aberto. Suprir essa lacuna aumentaria ainda mais a contribuição da abertura parlamentar para uma maior inclusão.

Ampliar a colaboração e a criar oportunidades práticas de engajamento entre as pessoas envolvidas na promoção do modelo de parlamento aberto e da igualdade de gênero podem fortalecer ambas as agendas e, ao mesmo tempo, promover uma governança mais representativa

e equitativa. Por meio do aprendizado mútuo e da ação conjunta, estes atores podem atingir objetivos comuns.

Os principais impactos positivos dessa colaboração podem ser refletidos nos resultados a seguir:

### **Fortalecimento de sistemas de governança representativos e inclusivos**

- ✔ Maior representação e capacidade de resposta às necessidades e expectativas específicas das mulheres e de outros grupos populacionais que lutam por equidade;
- ✔ Criação de marcos normativos que considerem os desafios específicos enfrentados por mulheres e grupos populacionais historicamente marginalizados, gerando respostas legislativas mais inclusivas;
- ✔ Promoção da diversidade na representação em cargos de autoridade em comissões parlamentares e órgãos legislativos, incluindo aqueles responsáveis pela abertura parlamentar.

### **Compromisso cívico e recuperação da confiança cidadã**

- ✔ Fortalecimento das relações com organizações de mulheres e outras partes interessadas, como jovens, pessoas com deficiência, comunidades indígenas e rurais, entre outras;
- ✔ Perspectivas mais plurais nos processos de cocriação, por meio de ambientes mais participativos e acessíveis;
- ✔ Aumento da confiança nas instituições e nos processos democráticos.

### **Processos de monitoramento e prestação de contas que garantindo que ninguém fique para trás**

- ✔ Melhoria da capacidade de supervisão por meio de uma compreensão mais eficaz dos impactos diferenciados da legislação e das políticas implementadas pelo poder executivo;
- ✔ Descoberta de novos mecanismos práticos que os parlamentos – em sua função de supervisão política – e as partes interessadas possam aproveitar para promover a responsabilização dos governos;
- ✔ Processos de auditoria mais abrangentes para garantir que as ações governamentais sejam efetivamente monitoradas e avaliadas em relação aos impactos diferenciados de gênero.

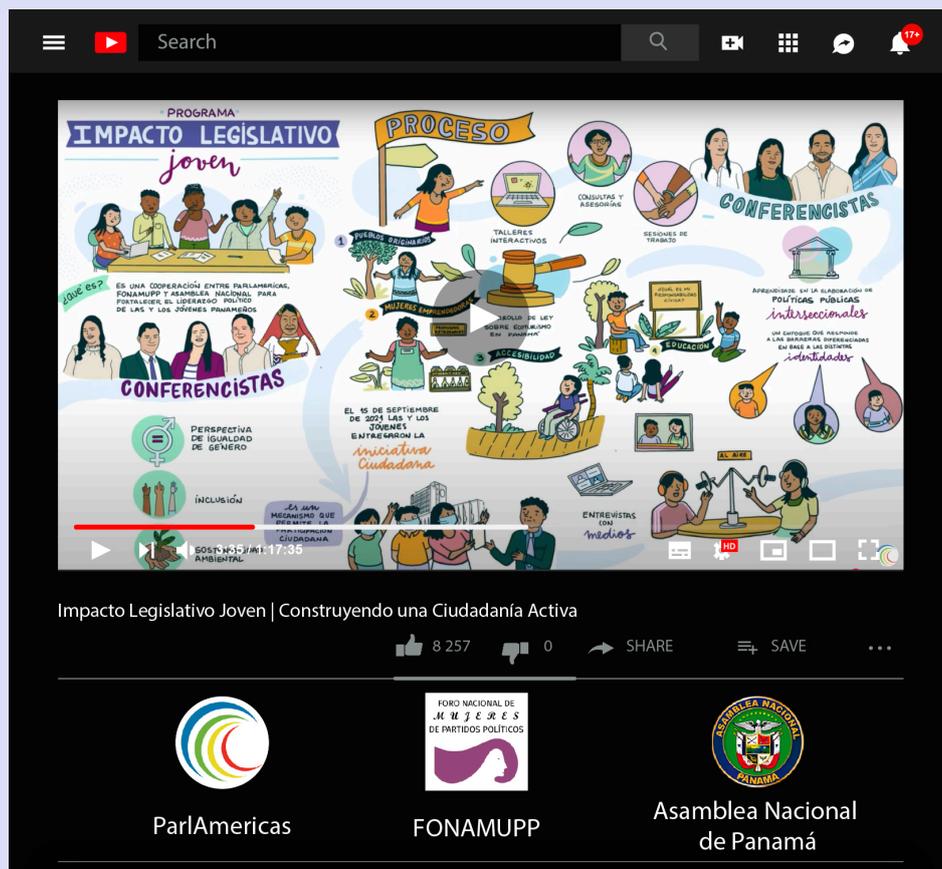
### **Transparência e acesso a informações públicas como ferramentas para a equidade**

- ✔ Aumento da disponibilidade de dados públicos e métodos de coleta de informações desagregadas por gênero e outras dimensões importantes;
- ✔ Divulgação de informações relevantes sobre a composição das comissões parlamentares discriminadas por gênero, ações internas para promover maior igualdade no âmbito institucional e outras iniciativas relacionadas a gênero;
- ✔ Desenvolvimento de plataformas on-line com foco na experiência do usuário, nas quais a cidadania possa encontrar facilmente informações legislativas em linguagem simples, clara e em formatos acessíveis.

## Agendas em (inter)ação: o poder da sinergia na experiência do “Impacto Legislativo Jovem”

O programa **Impacto Legislativo Joven** (ILJ) [no Panamá](#), uma iniciativa desenvolvida pelo ParlAmericas para promover a liderança política da juventude, ilustra o potencial de sinergia entre as agendas de parlamento aberto e da igualdade de gênero, usando um mecanismo de participação cidadã para promover a igualdade.

Como resultado de um processo participativo que incluiu consultas com especialistas e trabalho colaborativo, as e os jovens participantes elaboraram um [projeto de lei](#) que incorpora uma perspectiva de gênero transversal e uma abordagem interseccional e o apresentaram à Direção Nacional de Promoção da Participação Cidadã da Assembleia Nacional do Panamá.



## 5. Agendas legislativas em inter(ação): rumo a iniciativas inclusivas

Caso tenha interesse em promover iniciativas que integrem o parlamento aberto e a igualdade de gênero ou em incorporar o conhecimento de ambos os campos ao seu trabalho, o primeiro passo fundamental é avaliar o que o seu parlamento já está fazendo em tais esforços. Compreender as estruturas institucionais existentes, os principais atores e os projetos em andamento será útil para identificar oportunidades adicionais de colaboração, evitando a duplicação de funções e/ou atividades.

### Identificando pontos de entrada institucionais

É prioritário identificar se o seu parlamento designou escritórios, servidoras e servidores públicos ou mecanismos responsáveis pelos esforços de parlamento aberto e igualdade de gênero.

Além das **comissões legislativas permanentes** sobre essas questões ou temas relacionados<sup>3</sup>, estruturas institucionais relevantes podem incluir:

- ✔ **Escritórios parlamentares especializados em temas de parlamento aberto** – Algumas legislaturas formalizaram escritórios de Participação Cidadã ou Atendimento à Cidadania, unidades de transparência e acesso a informações públicas ou departamentos de tecnologia que lideram iniciativas relacionadas à abertura parlamentar. Essas áreas podem ser aliadas estratégicas na integração de considerações de gênero em esforços mais amplos de transparência e participação.
- ✔ **Mecanismos sensíveis ao gênero** – Muitos parlamentos possuem unidades técnicas de gênero, secretarias de mulheres ou pontos focais de gênero<sup>4</sup>. Em alguns casos, determinadas questões de gênero de caráter institucional podem ser abordadas por meio de divisões de recursos humanos. Os observatórios de igualdade de gênero ou de direitos humanos podem fornecer dados e informações valiosos, bem como perspectivas de políticas públicas, enquanto as bibliotecas parlamentares ou os centros de pesquisa frequentemente contam com especialistas em gênero.
- ✔ **Grupos multipartidários** – [Os grupos ou bancadas multipartidárias para a igualdade de gênero](#) geralmente desempenham um papel central no avanço dos compromissos legislativos sobre questões de gênero. As comissões parlamentares e as bancadas que defendem a abertura legislativa, bem como as comissões de ciência e tecnologia e do futuro, lideram e contribuem para o avanço dos compromissos e iniciativas de igualdade de gênero. Esses grupos costumam engajar partes interessadas externas, posicionando-os para promoverem iniciativas integradas.
- ✔ **Liderança institucional e funções de coordenação** – A secretaria geral, as unidades de desenvolvimento institucional ou as equipes de articulação interinstitucional podem ser os principais pontos de contato para identificar iniciativas relevantes e facilitar a colaboração entre diferentes departamentos do parlamento.

### **Fortalecendo os vínculos e fomentando a colaboração**

Uma vez identificados os pontos de referência institucionais e as possíveis parcerias, a próxima etapa é cultivar relacionamentos e estabelecer uma colaboração duradoura. Para isso, as estratégias a seguir podem ser úteis:

- ✔ **Identificar objetivos comuns** - Trocar informações sobre prioridades e projetos atuais para avaliar interesses compartilhados, garantindo, sempre que possível, que esses objetivos também possam ser alinhados com agendas legislativas mais amplas.
- ✔ **Compartilhar proativamente recursos, ferramentas e dados** - Aproveitar bases de dados, relatórios de políticas e outras ferramentas existentes para apoiar a tomada de decisões com base em evidências, ampliando, assim, seu impacto potencial.
- ✔ **Organizar atividades de capacitação conjunta** - Reunir defensoras e defensores da igualdade de gênero e do parlamento aberto por meio de oficinas, sessões de formação e trocas de conhecimento para a promoção do aprendizado interdisciplinar.

3 Para obter mais detalhes sobre essas comissões legislativas, convidamos você a consultar [o Painel de Práticas Parlamentares para a Igualdade de Gênero](#) do ParlAmericas. Cabe ressaltar que existem diferentes tipos de comissões legislativas que abordam a agenda da igualdade de gênero. Em alguns parlamentos, há comissões específicas de gênero, enquanto em outros há comissões permanentes de direitos humanos, por exemplo, que incluem o tratamento de propostas legislativas sobre questões de gênero.

4 Convidamos você a consultar [o Painel de Práticas Parlamentares para a Igualdade de Gênero](#) do ParlAmericas para identificar quais parlamentos possuem uma unidade técnica de gênero, ponto focal ou órgão equivalente responsável pela integração de gênero e explorar os links que redirecionam para seus respectivos sites oficiais.

- ✓ **Regularizar a comunicação** - Estabelecer reuniões periódicas entre comissões legislativas, grupos, escritórios e/ou partes interessadas relevantes para garantir o diálogo contínuo e a promoção do planejamento estratégico.
- ✓ **Facilitar programas de comunicação e intercâmbio** – Identificar visitas de estudo e oportunidades de aprendizagem entre pares, incluindo instâncias bilaterais ou internacionais, para que as e os parlamentares e o pessoal legislativo que atuam com igualdade de gênero adquiram experiências concretas em parlamento aberto e vice-versa.
- ✓ **Consolidar e manter parcerias** - Fortalecer a colaboração entre as e os atores parlamentares, a sociedade civil e as organizações externas para unir forças e manter parcerias estratégicas de longo prazo.

## Boas práticas e experiências nos parlamentos da região

-  **Câmara dos Deputados da Argentina** – Promoção do [compromisso](#) com a igualdade de gênero do [Plano de Ação de Congresso Aberto](#), voltado à [transparência e informação pública de qualidade](#) sobre os processos de implementação de políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de gênero no âmbito parlamentar. Busca também incentivar a participação de organizações e indivíduos que trabalham com questões de gênero e diversidade na revisão de políticas públicas que os afetam diretamente.
-  **Câmara dos Deputados do Brasil** – Geração de [painéis de dados públicos](#) desagregados por gênero, que dão visibilidade à participação das mulheres parlamentares. O [Sistema de Monitoramento da Mulher na Política](#) do Observatório Nacional da Mulher na Política oferece informações em formatos abertos que permitem cruzar bases de dados e contribuir para a análise da presença das mulheres em cargos e espaços de poder, com acesso a filtros de informações por legislatura, partido, estado, tipo de órgão legislativo, bem como dados sobre o perfil das mulheres parlamentares em exercício.
-  **Congresso Nacional do Chile** – Elaboração de [orçamentos sensíveis ao gênero](#), estabelecendo indicadores para avaliar o impacto diferencial dos gastos públicos sobre homens e mulheres, garantindo uma alocação equitativa de recursos. Além disso, os debates sobre o orçamento nacional incluem discussões sobre equidade de gênero e mecanismos de monitoramento para assegurar seu cumprimento.
-  **Assembleia Nacional do Equador** – Implementação da [lista de verificação de cumprimento com os ODS](#) em iniciativas legais (incluindo o ODS 5 sobre igualdade de gênero): uma ferramenta que busca incorporar um filtro de qualidade no processo de formulação de leis que permita às e aos legisladores elaborarem projetos de lei que assegurem não somente sua validade formal, mas também sua eficácia social.
-  **Assembleia Nacional do Panamá** – Por meio de processos inclusivos de participação cidadã, diversas organizações de mulheres participaram do processo de elaboração e aprovação de [projetos de lei](#) voltados ao enfrentamento da violência política contra as mulheres no Panamá.
-  **Senado da República do México** – Sua adesão à Aliança para o Parlamento Aberto resultou em medidas para a promoção do acesso à informação pública com uma perspectiva de gênero e ferramentas para a participação cidadã inclusiva, como, por exemplo, a realização das [Conferências Dia Laranja](#), organizadas pela Unidade Técnica para a Igualdade de Gênero. Trata-se de uma iniciativa para disseminar o conhecimento sobre questões de gênero, destinada a atores parlamentares e à cidadania em geral, incluindo organizações da sociedade civil.

## Principais recomendações para organizar um evento conjunto

As pessoas envolvidas com a promoção do parlamento aberto e da igualdade de gênero desenvolveram métodos valiosos para colocarem em prática seus princípios orientadores. Na hora de planejar e implementar atividades conjuntas, as considerações a seguir devem ser levadas em conta para combinar seus pontos fortes de forma eficaz.

### A partir de uma perspectiva de parlamento aberto:

#### ✓ Adotar abordagens participativas em reuniões e em outras atividades

Criar oportunidades de participação e colaboração efetivas desde a fase de elaboração de agendas e outros elementos-chave para o desenvolvimento de atividades. Utilizar metodologias interativas para oficinas e webinars em que as e os participantes possam compartilhar suas ideias em tempo real por meio de ferramentas de colaboração digital, como plataformas de votação on-line, quadros brancos compartilhados e ferramentas de colaboração aberta (*crowdsourcing*).

#### ✓ Usar uma linguagem clara nas comunicações com as e os participantes

Garantir que os materiais de comunicação sejam acessíveis, evitando jargões técnicos e usando uma linguagem clara e simples.

#### ✓ Aproveitar formatos de atividades e tecnologias inovadoras

Capitalizar o potencial de ferramentas e plataformas digitais inovadoras já desenvolvidas e em constante aprimoramento. Por exemplo, sistemas de gêmeos digitais, plataformas de participação on-line e espaços virtuais de deliberação.

#### ✓ Integrar plenamente perspectivas diversas

Buscar ativamente a inclusão de vozes que geralmente estão à margem dos círculos parlamentares tradicionais ajuda a promover a participação de pessoas e organizações de diversas origens e a garantir que os objetivos das atividades atendam às expectativas da cidadania em toda a sua diversidade. Consultas e audiências públicas podem ser exemplos de atividades criadas para eliminar barreiras à participação e incentivar uma maior pluralidade de vozes e perspectivas nos debates públicos.

#### ✓ Adotar medidas concretas para garantir que as informações sobre suas atividades e seus respectivos resultados estejam disponíveis de forma acessível

A incorporação dos princípios de transparência e acesso à informação em suas atividades pode ajudar a aumentar a confiança do público em seu trabalho, ampliando assim seu impacto potencial. Exemplos de boas práticas incluem a publicação on-line e em tempo hábil de agendas, atas de reuniões, apresentações, envios por escrito e outros documentos relevantes, priorizando a publicação em formatos abertos e acessíveis.

## A partir de uma perspectiva de gênero:

### ✔ Promover uma representação diversificada e equitativa em suas atividades

Buscar o equilíbrio de gênero entre as e os palestrantes e especialistas convidados. Considerar diferentes maneiras de garantir a representação de outros fatores de identidade social (por exemplo, idade, região e etnia) entre as e os participantes.

### ✔ Implementar práticas inclusivas e horizontais nas reuniões

Criar um ambiente inclusivo no qual todas as vozes possam ser ouvidas e valorizadas contribui para reuniões mais equitativas e produtivas. Entre as medidas concretas para alcançar esse objetivo, encontram-se a distribuição equitativa das tarefas administrativas entre as e os participantes, a alternância na presidência da reunião e o estabelecimento de regras básicas que proíbam interrupções. Para obter mais recomendações práticas, convidamos você a consultar o documento do [ParlAmericas](#) sobre [Estratégias para presidirem reuniões sensíveis ao gênero](#) (em espanhol).

### ✔ Considerar o trabalho de cuidado e outras responsabilidades ao programar as atividades

Procurar agendar reuniões e atividades em horários que se adaptem à disponibilidade das pessoas com responsabilidades de cuidado, evitando, por exemplo, as primeiras horas da manhã, finais de tarde ou horários de entrada e saída da escola. Sugere-se analisar a infraestrutura disponível para avaliar a possibilidade de oferecer espaços para amamentação e/ou cuidados de crianças.

### ✔ Fornecer suporte financeiro e logístico adequado para permitir a participação de pessoas de grupos vulneráveis

Barreiras financeiras e logísticas podem dificultar a participação de pessoas de comunidades sub-representadas e desassistidas nos processos de consulta aos cidadãos ou em outras atividades. Considere a possibilidade de oferecer estipêndios ou reembolsos para custos de transporte e cuidados infantis.

### ✔ Fornecer suporte linguístico e acessibilidade em suas atividades

Para garantir a inclusão, oferecer serviços de interpretação e tradução em vários idiomas, incluindo linguagem de sinais e idiomas indígenas, providenciar materiais escritos em formatos acessíveis (por exemplo, letras grandes, braille ou versões de leitura fácil) e assegurar que os espaços virtuais e presenciais sejam plenamente acessíveis para pessoas com deficiência.

## Ampliando a colaboração interdisciplinar

Para aquelas e aqueles que já colaboram de forma integrada ou que desejam formalizar iniciativas mais abrangentes, as recomendações a seguir podem ajudar a vincular o parlamento aberto e a igualdade de gênero nas práticas parlamentares:

- **Realizar sessões conjuntas de órgãos parlamentares** - Convocar reuniões conjuntas de comissões, diálogos de grupos multipartidários, consultas ou discussões de grupos de trabalho com o objetivo voltadas à elaboração colaborativa de leis ou outras ações legislativas.
- **Desenvolver iniciativas-piloto e campanhas conjuntas de incidência** - Identificar atores parlamentares que impulsionem e liderem ações colaborativas.

- **Envolver organizações da sociedade civil** - Fortalecer parcerias com OSCs que atuam com temas de parlamento aberto e questões de gênero por meio de consultas, mesas-redondas e iniciativas de incidência.
- **Implementar mecanismos de prestação de contas e avaliação** – Estabelecer diretrizes de monitoramento e avaliação para supervisionar o impacto das iniciativas conjuntas, garantindo sua eficácia e sustentabilidade.
- **Institucionalizar a colaboração** - Estabelecer acordos formais, resoluções parlamentares ou criar grupos de trabalho permanentes dedicados à abertura legislativa e à igualdade de gênero, garantindo que essa colaboração seja institucionalizada nas estruturas parlamentares, em vez de depender de liderança individual ou de iniciativas temporárias.

## O poder dos dados colaborativos

A colaboração interdisciplinar em projetos de dados tem o potencial de melhorar concretamente a tomada de decisões legislativas, promovendo a abertura e a inclusão de gênero. Tanto aquelas e aqueles que promovem a agenda de igualdade de gênero quanto a de parlamento aberto priorizam a disponibilidade de dados transparentes, fáceis de serem usados e de serem processados para a tomada de decisões com base em evidências.

Para quem promove a igualdade de gênero, os dados desagregados são cruciais para a elaboração de políticas inclusivas, pois ajudam a revelar disparidades de gênero, idade, status socioeconômico e outros fatores sociais. Os avanços no fechamento das lacunas de gênero nos dados públicos têm sido fundamentais para impulsionar medidas legislativas mais robustas e avaliações de impacto de gênero. Entre as principais áreas de incidência, encontram-se as pesquisas sobre uso do tempo, que refletem a distribuição desigual do trabalho não remunerado e estatísticas sobre a população economicamente ativa e disparidades salariais, que evidenciam desigualdades salariais baseadas em gênero.

Os dados abertos, por sua vez, são um aspecto essencial da transparência, da prestação de contas e do compromisso cívico. Aquelas e aqueles que promovem a abertura legislativa têm liderado esforços para garantir que os dados parlamentares, incluindo estatísticas de gênero, sejam estruturados de maneira mais acessível e publicados em formatos abertos e compatíveis com o processamento digital. Estas iniciativas promovem o acesso público a informações legislativas, a elaboração de políticas públicas participativas e a prestação de contas baseada em dados. Com isso, elas permitem que a sociedade civil, bem como as e os legisladores, monitorem os compromissos de igualdade de gênero e avaliem o impacto das políticas públicas.

Para que esses dados sejam eficazes e transformadores, eles devem ser completos, imparciais e acessíveis. Isso implica a utilização de métodos transparentes no processo de coleta de dados, a apresentação de resultados em linguagem clara e não técnica e a disponibilização de dados relacionados a gênero em formatos abertos para que possam ser usados por tomadores de decisão, organizações feministas e o público em geral. A Aliança para o Governo Aberto (OGP) dispõe de vários recursos para aprender mais sobre o uso de [dados abertos de gênero](#).

Ao institucionalizar a colaboração entre os objetivos da abertura legislativa e da igualdade de gênero, os parlamentos podem fomentar processos mais transparentes, inclusivos e responsivos, em benefício de toda a cidadania. Ademais, além destas duas áreas específicas de trabalho, a promoção de uma cultura de colaboração em todos os âmbitos é algo encorajador por si só, dado que uma maior cooperação intra-institucional permite fortalecer a capacidade parlamentar para adotar soluções mais abrangentes e eficazes em uma gama mais ampla de áreas de governança.

## Recursos adicionais

---

- 📎 Comissão Interamericana de Mulheres, [\*Decálogo para um Estado de direitos humanos e feminista\*](#), 2021.
- 📎 Comissão Interamericana de Mulheres, [\*Estratégia de transversalidade + para a igualdade e transformação\*](#), 2022.
- 📎 Comissão Interamericana de Mulheres, [\*Lineamentos interamericanos para a igualdade de gênero como bem da humanidade\*](#), 2013.
- 📎 Instituto Nacional Democrata, [\*Abordagem de igualdade de gênero em parlamento aberto: da teoria à prática\*](#), 2020.
- 📎 ONU Mulheres, [\*Pacote de ações: Participação dos parlamentos em orçamentos com abordagem de gênero\*](#), 2022.
- 📎 Organização das Nações Unidas, [\*Objetivo 5: Conseguir a igualdade entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas\*](#).
- 📎 Open Government Partnership e CARE, [\*Guia de ferramentas para ter planos de ação de gênero com respostas\*](#).
- 📎 ParlAmericas, [\*Caixa de ferramentas para a transparência legislativa: conceitos, instrumentos de trabalho e boas práticas\*](#), 2020.
- 📎 ParlAmericas, [\*Normas de Abertura Legislativa no Trabalho de Comissões\*](#), 2023.
- 📎 ParlAmericas, [\*Impacto Legislativo Jovem: construindo uma cidadania ativa\*](#), 2022.
- 📎 ParlAmericas, [\*O que escutam: pesquisa com organizações feministas da América Latina sobre sua relação com os parlamentos\*](#), 2023.





Secretaria Internacional do ParlAmericas  
703 - 155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá  
Telefone: + 1 (613) 947-8999  
[www.parlamericas.org](http://www.parlamericas.org) | [info@parlamericas.org](mailto:info@parlamericas.org)

